

como Professor Adjunto, com um período experimental de cinco anos, para exercer funções na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, deste Instituto, em regime de tempo integral e exclusividade, nos termos do disposto no n.º 7 e 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 207/2009, com a redação dada pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, com efeitos reportados a 1 de julho de 2014.

04/02/2015. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.
208415693

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Aviso n.º 1909/2015

Torna-se público que se encontra disponibilizada em www.ips.pt, a lista definitiva de ordenação final dos candidatos ao concurso documental para provimento de um posto de trabalho na categoria de professor adjunto, para a área disciplinar de Comunicação, Media e Jornalismo da Escola Superior de Educação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Edital n.º 444/2014, publicado no *Diário da República* n.º 99, 2.ª série, de 23 de maio, homologada por despacho de 02/02/2015 do presidente do IPS.

3 de fevereiro de 2015. — A Administradora, *Ángela Noiva Gonçalves*.

208411804

Despacho n.º 1818/2015

Considerando as alterações introduzidas ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, designadamente no que respeita aos limites de creditação de unidades curriculares isoladas em ciclos de estudo de ensino superior, aprovo, ao abrigo da alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º dos Estatutos do IPS, ouvidos os Diretores e os Conselhos Técnico-Científicos das Escolas do Instituto, o Regulamento de Frequência de Unidades Curriculares Isoladas do Instituto Politécnico de Setúbal, anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

2 de fevereiro de 2015. — O Presidente, *Prof. Doutor Pedro Dominginhos*.

Regulamento de frequência de unidades curriculares isoladas do IPS

Artigo 1.º

Âmbito

O Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) faculta a inscrição, de forma isolada, nas unidades curriculares (UC) que ministra e se encontrem em funcionamento, a estudantes inscritos num curso de ensino superior bem como a outros interessados.

Artigo 2.º

Candidatos

1 — Podem candidatar-se à frequência de UC isoladas de ciclos de estudo de Cursos de Especialização Tecnológica (CET), Cursos de Técnico Superior Profissional (CTeSP) ou Cursos de Licenciatura:

- Os estudantes de qualquer estabelecimento de ensino superior português ou estrangeiro;
- Os aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, em UC do(s) curso(s) para o(s) qual(uais) prestaram as provas;
- Os estudantes de CTeSP de qualquer estabelecimento de ensino português;
- Os estudantes de CET de qualquer estabelecimento de ensino português;
- Os detentores do 12.º ano ou equivalente;
- Outros considerados pelos Conselhos Técnico-Científicos (CTC) como aptos para a frequência das UC pretendidas, através da respetiva análise curricular.

2 — Podem candidatar-se à frequência de UC isoladas de ciclos de estudo de mestrado ou de pós-graduação:

- Os detentores de uma licenciatura, da mesma área de estudos, do IPS ou de outro estabelecimento de ensino superior;
- Outros considerados pelos CTC como aptos para a frequência das UC pretendidas, através da respetiva análise curricular.

Artigo 3.º

Candidaturas

1 — As candidaturas são efetuadas online na página eletrónica do IPS, acompanhadas do *Curriculum Vitae* do candidato e de comprovativo da habilitação académica.

2 — Os prazos de candidaturas são fixados pelo Diretor de cada Escola e divulgados, conjuntamente com as condições de acesso, na página eletrónica do IPS.

3 — Os prazos de candidaturas não podem ultrapassar o final do primeiro mês letivo de cada semestre/trimestre.

Artigo 4.º

Regras de inscrição

1 — A inscrição em UC isoladas está limitada a 60 ECTS em cada ano letivo.

2 — Caso o estudante se inscreva em UC isoladas do próprio curso, os ECTS correspondentes serão adicionados aos restantes, para efeitos da verificação da regra de inscrição.

3 — Para efeitos do n.º 2, não são consideradas UC do próprio curso as pertencentes a ramos distintos daquele em que está inscrito, nem as restantes UC integrantes de grupos de opção já realizados.

4 — As UC disponíveis para esta forma de frequência/inscrição são as constantes dos respetivos planos de estudos, respeitando o regime de precedências, caso exista, sem prejuízo do disposto das alíneas f) e b) dos n.º 1 e 2, respetivamente, do artigo 2.º do presente regulamento.

5 — Os CTC podem determinar quais as UC que não serão disponibilizadas para esta forma de frequência/inscrição, devendo as mesmas constar de lista disponível para consulta na respetiva página eletrónica.

6 — A aceitação dos candidatos está condicionada à capacidade de integração de novos estudantes nas UC pretendidas.

7 — A competência para decidir sobre a capacidade de integração acima mencionada é do Diretor da Escola, ouvidos os CTC e o Coordenador/Diretor de Curso.

Artigo 5.º

Avaliação e creditação

1 — Os candidatos têm acesso aos regimes de avaliação disponibilizados pela UC (avaliação contínua, época normal e época de recurso).

2 — As UC em que o candidato obtenha aprovação:

- São objeto de certificação;
- São creditadas até ao máximo de 50 % do total dos créditos do ciclo de estudos, caso o seu titular tenha ou venha a adquirir o estatuto de estudante do mesmo;
- São incluídas em suplemento ao diploma.

3 — As UC em que o candidato não se sujeite a avaliação ou não obtenha aprovação são objeto de emissão de certidão de frequência, desde que tenha uma assiduidade superior a 75 %.

Artigo 6.º

Apreciação das candidaturas

1 — As candidaturas são analisadas e seriadas pelo Coordenador/Diretor de Curso a que as UC pertencem.

2 — Os candidatos são seriados com base na análise do *Curriculum Vitae*.

Artigo 7.º

Emolumentos

Pela inscrição nas UC são devidos os emolumentos constantes na tabela de taxas e emolumentos do IPS.

Artigo 8.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas de interpretação e os casos omissos são resolvidos por Despacho do Presidente do IPS.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*, sendo revogado o Despacho n.º 12914/2012, publicado no *Diário da República* n.º 190, 2.ª série, de 1 de outubro.

208412274

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR**Despacho n.º 1819/2015**

Tendo em atenção o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, nos n.º 1, do artigo 91.º e n.º 4, do artigo 92.º, da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na alínea d), do n.º 5, do artigo 89.º e nos n.º 1, do artigo 42.º e n.º 3, do artigo 43.º, dos Estatutos do IPT, homologados pelo Despacho Normativo n.º 17/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série de 3 de abril de 2009, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, no artigo 109.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e na alínea a), do n.º 2, do Despacho n.º 12014/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 18 de setembro de 2013, decido:

1 — Delegar no Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Dr. Miguel Eduardo de Osório Pinto dos Santos, as seguintes competências:

a) Proferir despachos decisórios em matéria de gestão de recursos materiais e humanos e de funcionamento, das seguintes Unidades de Apoio do Instituto Politécnico de Tomar:

- i) A Direção Financeira e Patrimonial;
- ii) GEP — Gabinete de Estudos e Planeamento;
- iii) GAI — Gabinete de Auditoria Interna;

b) Celebrar e gerir quaisquer protocolos de cooperação, ou instrumentos de idêntica natureza, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, relacionados com as atribuições das unidades identificadas na alínea anterior;

c) Decidir em todas as matérias relacionadas com a gestão do parque automóvel do Instituto Politécnico de Tomar, incluindo a autorização a funcionários não-motoristas para a condução em serviço de viaturas do Instituto;

d) Representar o Instituto Politécnico de Tomar tanto na aprovação como na elaboração e outorga de contratos escritos e libertação de cauções de garantia relativos a aquisições de bens e serviços e a empreitadas de obras públicas e, quanto a estas, da aposição da assinatura nos autos de receção;

e) Autorizar a realização de despesas até aos limites fixados para os órgãos dos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

f) Autorizar a cedência de bens e instalações do Instituto Politécnico de Tomar.

2 — Subdelegar no Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Dr. Miguel Eduardo de Osório Pinto dos Santos, as seguintes competências, que me foram subdelegadas pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, desde que, em todos os casos, seja assegurada a prévia cabimentação orçamental:

a) Autorizar a contratação, o procedimento, a adjudicação e as despesas inerentes a empreitadas de obras públicas, relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, cujo valor global não ultrapasse o limite de 20.000.000 Euros, com exclusão da aprovação de programas preliminares e de projetos de execução;

b) Autorizar a contratação, o procedimento, a adjudicação e as despesas inerentes a empreitadas de obras públicas e locação e aquisição de bens e serviços, cujo valor global das mesmas não ultrapasse o limite de 3.740.984 Euros, com exclusão da aprovação de programas preliminares e de projetos de execução para empreitadas de valor superior a 2.500.000 Euros;

c) Autorizar, nos termos legais, o seguro de estudantes que, ao abrigo de acordos de cooperação internacional ou de outros instrumentos de intercâmbio no âmbito do ensino superior, se desloquem a Portugal e ou estrangeiro, enquanto permanecerem em território nacional e ou estrangeiro;

d) Autorizar, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e relativamente a trabalhadores afetos às unidades de apoio indicadas na alínea a), do número anterior, a prestação de trabalho extraordinário, em circunstâncias excecionais e delimitadas no tempo;

e) Aprovar as alterações orçamentais relativas a créditos especiais por acréscimo de receitas próprias, salvo quando aquelas se destinem a reforçar rubricas sujeita a cativação.

3 — Delegar no Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Doutor João Paulo Freitas Coroad, as seguintes competências:

a) Proferir despachos decisórios em matéria de gestão de recursos materiais e humanos e de funcionamento, das seguintes Unidades de Apoio do Instituto Politécnico de Tomar:

- i) A Direção de Serviços Académicos;
- ii) A Direção de Recursos Humanos;
- iii) Serviços de Apoio Técnico-administrativo a Unidades Orgânicas e Funcionais;
- iv) GCI — Gabinete de Comunicação e Imagem;
- v) GHS — Gabinete de Higiene e Segurança;
- vi) GRAV — Gabinete de Recursos Audiovisuais;
- vii) GAPE — Gabinete de Apoio ao Estudante;
- viii) GT — Gabinete de Tradução;
- ix) OIVA — Observatório de Inserção na Vida Ativa;
- x) OI&D — Observatório de Investigação e Desenvolvimento;
- xi) CPH — Centro de Pré-História;
- xii) CL.ipt — Centro de Línguas;
- xiii) CIP — Centro de Impressões e Publicações;
- xiv) CAI — Centro de Artes e Imagem;
- xv) CE-L — Centro de E-learning;

b) Proferir despachos decisórios em matéria de gestão de recursos materiais e humanos e de funcionamento de todas as Unidades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico ou Artístico do Instituto Politécnico de Tomar;

c) Celebrar e gerir quaisquer protocolos de cooperação, ou instrumentos de idêntica natureza, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, relacionados com as atribuições das unidades identificadas nas alíneas a) e b);

d) Autorizar a realização de despesas até aos limites fixados para os órgãos dos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

4 — Subdelegar no Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Doutor João Paulo Freitas Coroad, as seguintes competências, que me foram subdelegadas pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, desde que, em todos os casos, seja assegurada a prévia cabimentação orçamental:

a) Proferir, fundamentadamente, o despacho de autorização a que se refere o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 64/2006, de 21 de março, e 88/2006, de 23 de maio;

b) Autorizar, nos termos legais, o seguro de estudantes que, ao abrigo de acordos de cooperação internacional ou de outros instrumentos de intercâmbio no âmbito do ensino superior, se desloquem a Portugal e ou estrangeiro, enquanto permanecerem em território nacional e ou estrangeiro;

c) Autorizar, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e relativamente a trabalhadores afetos às unidades de apoio indicadas na alínea a), do número anterior, a prestação de trabalho extraordinário, em circunstâncias excecionais e delimitadas no tempo;

5 — Ratificar todos os atos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido entretanto praticados pelos Vice-Presidentes supra indicados desde o dia 16 de dezembro de 2014;

6 — Designar o Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Dr. Miguel Eduardo de Osório Pinto dos Santos, para me substituir nas minhas ausências e impedimentos.

19 de janeiro de 2015. — O Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, *Doutor Eugénio Manuel Carvalho Pina de Almeida*.

208414031